

**REDE EQUIDADE**  
(Acordo de Cooperação Técnica nº 2021/0235)  
**6ª Reunião do Comitê Coordenador**  
**2023**

**Data:** 12/04/2023 (quarta-feira)

**Horário:** 15h00 às 17h08

**Local/ferramenta:** Videoconferência Plataforma Microsoft Teams

### 1. PAUTAS

Nº	Descrição
1	Repasse das informações técnicas prestadas por especialistas do TCU e DataSenado sobre a aplicação do Modelo IDE.
2	Pensar ações para as efemérides de junho (28/06 - Dia internacional do Orgulho LGBTQIA+) e agosto (07/08 - Promulgação da Lei da Maria da Penha).
3	Comunicação oficial das adesões do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT 13ª Região), do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), do Conselho de Justiça Federal (CJF) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).
4	Informes gerais

### 2. PARTICIPANTES

Nº	Nome	Instituição
1	Jeniffer Cardoso Ferreira, Lui Teixeira Oliveira, Stella Maria Vaz Santos Valadares	Senado Federal/ SF
2	Rachel Toledo	Câmara dos Deputados/ CD
3	Andrea Sander	Serviço Geológico do Brasil/CPRM-SGB
4	Fabiana Andrade Gomes e Silva	Conselho Nacional de Justiça/ CNJ
5	Ana Letícia Absy	Conselho Nacional do Ministério Público/ CNMP
6	Márcia Figueiredo	Ministério de Minas e Energia/ MME
7	Rodrigo Fernandes Morais	Ministério Público do Trabalho/ MPT
8	Cristiano de Sousa Nascimento	Superior Tribunal de Justiça/ STJ
9	Marcela de Oliveira Timóteo	Tribunal de Contas da União/ TCU
10	Andreia Oliveira de Siqueira	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios/ TJDFT
11	Rafaela Guerrante	Instituto Nacional da Propriedade Industrial/ INPI

Ausências Justificadas: Bruno Andrade (TSE) e Maria Terezinha Nunes (SF).

### 3. ASSUNTOS TRATADOS

No dia doze do mês de abril do ano de 2023, às 15 horas, teve início a sexta reunião virtual do Comitê Coordenador da Rede Equidade, contando com as presenças acima nominadas. A representante do Senado Federal, Stella Maria Vaz Santos Valadares, saudou os presentes e deu início à reunião,

conforme registro que segue. Invertendo a pauta, a reunião iniciou pela deliberação das adesões. **Item 3. Comunicação oficial das adesões do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT 13ª Região), do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), do Conselho de Justiça Federal (CJF) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).** Stella apresentou as instituições que solicitaram adesão à Rede, acima nominadas, esclarecendo que a ANTAQ solicitou uma carta convite, a qual já foi providenciada; Márcia Figueiredo ponderou que mais pessoas para agregar nas atividades serão bem-vindas, Andreia Siqueira concordou com Márcia e sugeriu momentos de recepção para os novos partícipes, informando sobre o funcionamento da Rede e o que foi construído até o momento, se voluntariando para esse trabalho; Andreia Siqueira compartilhou que um colega do Ministério dos Direitos Humanos, cedido pelo Ministério do Esporte, tem interesse na Rede e pediu para retomarem o contato; Stella ressaltou pontos que deverão estar na agenda de recepção das instituições e compartilhou que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por meio da secretaria executiva, que se encontra em Brasília, buscou agendamento para uma reunião presencial de apresentação da Rede, a qual ficou marcada para o dia 26 de abril, na parte da manhã, de forma presencial, convidando a todos/as da Rede a participarem. Ao final das discussões, a inclusão dos novos partícipes foi aprovada pelo Comitê Coordenador, devendo os pedidos seguirem os trâmites formais. **Item 1. Repasse das informações técnicas prestadas por especialistas do TCU e DataSenado sobre a aplicação do Modelo IDE.** Andreia Siqueira iniciou recapitulando que o desenho do Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE) tem sido realizado pelo Grupo de Trabalho e validado nas reuniões do Comitê Coordenador (plenária) neste primeiro semestre de 2023, e nesse diálogo surgiram algumas dúvidas em sua aplicação, razão pela qual o GT entendeu salutar realizar duas consultas técnicas: 1ª com a Equipe do DataSenado, responsável pelo Índice de Transparência do Legislativo e a 2ª com a Equipe do Tribunal de Contas da União, que é responsável pelo Índice Geral de Governança (IGG), que afere o Índice de Governança das instituições públicas. Andreia Siqueira apresentou um documento síntese das reuniões informando que a consultoria do TCU foi muito proveitosa e gerou muitos elogios e sugestões, entre as quais destacou como importante disponibilizar o referencial teórico de construção do Modelo IDE, monitoramento constante e aperfeiçoamento, e inclusão de um glossário, de preferência em cada requisito, além de realizar evento de lançamento do Modelo IDE com as autoridades presentes, considerar a utilização a metodologia CSA – Controle Self Assesment proposta pelo Instituto Internacional de Auditores que preconiza um relação entre Riscos e Controles, para aperfeiçoamento e atualização do modelo, bem como uma avaliação periódica do Modelo IDE, buscando levantar como ele melhora o país e agrega à cidadania; o DataSenado, por sua vez, reforçou a ideia de ter um glossário em cada requisito, falaram sobre a temporalidade, sugeriram utilizar o modelo do índice da transparência criado pelo Senado e, nesse ponto, foi reforçado que a Rede não busca atribuir peso ou estimular comparabilidade e sim estimular a autoavaliação e promoção de ações de equidade; ao final, Andreia Siqueira ressaltou a importância dessas consultorias para o aperfeiçoamento do Modelo. Após o feedback das consultorias, foi aberta a palavra para debates e Márcia parabenizou o trabalho desenvolvido e sua importância, ressaltando que na construção do modelo, desde o início, em nenhum momento, se pensou em gerar competição, mencionou o material produzido pelo CNJ, que conta com conceitos e formas de aplicabilidade, cuja linguagem é acessível e pode ser usado como subsídio; Marcela sinalizou que se atribuir pontuação corre-se o risco de gerar ranking, que a metodologia tem que ser de autoavaliação e não pontuação. Na sequência, Andreia Siqueira informou que o trabalho de deliberação dos requisitos estava concluído, mas na revisão, o GT notou que dois itens ficaram de fora, assim, solicitou a análise e votação da plenária; após concordância de todos/as, apresentou o documento na tela para apreciação do item 7, que trata sobre o seguinte quesito: “As inovações em processos, produtos e/ou serviços implantadas pela instituição considera a diversidade como componente do processo de mudança e/ou melhoria?”; com referência a esse item, Andreia Siqueira explicou que na primeira opção, d.1.1, buscou-se garantir a diversidade das equipes e a segunda, d.1.2, a diversidade no público-alvo que é consultado no processo; após debate, o Comitê Coordenador decidiu pela segunda opção. Andreia Siqueira explicou que houve

sugestão do MPT para inclusão de um item na parte de gestão da inclusão, nos seguintes termos: “Há normatização para o uso do banheiro para pessoas transexuais na instituição?”; seguiu-se amplo debate com sugestão de alteração da redação, incluindo o termo “orientação”, e, ao final, foi aprovado, por maioria, o seguinte texto: “Há normatização e/ou orientação do uso do banheiro para pessoas transexuais na instituição?”, a ser alocado na Dimensão Social, item de Direitos Humanos; Andreia Siqueira informou que o GT está finalizando os textos das instruções de aplicação e que definiram, a partir das consultorias externas e das deliberações do Comitê Coordenador, que o modelo não vai trabalhar com índice de cumprimento da modelagem, evitando-se comparação. **Itens 2 e 4. Pensar ações para as efemérides de junho (28/06 - Dia internacional do Orgulho LGBTQIA+) e agosto (07/08 - Promulgação da Lei da Maria da Penha) e Informes Gerais.** Stella abriu a pauta destacando a importância de se fazer algo em conjunto, apresentou o quadro de planejamento do Comitê de Gênero e Raça do Senado para as efemérides em questão, mencionando a publicação do Guia LGBTQIA+ que foi lançado virtualmente ano passado, e agora será impresso em nova versão; informou que o CREAS Diversidade demonstrou interesse em ser parceiro nesse evento. Na sequência, os/as demais representantes utilizaram o espaço para informes gerais acerca dos eventos previstos em suas instituições. Cristiano comentou que no STJ será realizado o Seminário de 10 anos e a semana do meio ambiente; Andreia Siqueira disse que haverá uma mesa redonda no TJDFT sobre a trajetória da mulher negra no sistema jurídico em parceria com a OAB, mas sem previsão de data; Marcela compartilhou que o TCU está prevendo ações dentro da comunicação, informativos divulgados interna e externamente, e aproveitou para sugerir formas de potencializar a divulgação e valorizar os eventos que a Rede produz, como a “Sopa de Letrinhas”, divulgando recortes do evento e pílulas de conteúdo; Márcia mencionou a campanha do MME ligada à efeméride de agosto que abordará a parentalidade; Marcela trouxe ao debate o tema da remoção de servidoras públicas com base na Lei Maria da Penha, Fabiana informou que vai alinhar a participação da Rede em evento do CNJ; ao final não foi definida uma ação comum à Rede, apenas a ênfase na divulgação das ações internas de cada participante. Após agradecimentos à participação de todas/os e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h08min. Ata redigida por Jeniffer Cardoso Ferreira e revisada por Maria Terezinha Nunes, do Senado Federal, e enviada por e-mail para validação eletrônica das/os presentes.

